

Sentidos e Estratégias de Enfrentamento à Exclusão Entre Indivíduos LGBTI+: Uma Análise Sócio-Histórica da Linguagem e da Resistência

Meanings and Coping Strategies for Exclusion Among LGBTI+ Individuals: A Socio-Historical Analysis of Language and Resistance

Sentidos y Estrategias de Afrontamiento a la Exclusión entre Individuos LGBTI+ +: Un Análisis Socio-Histórico del Lenguaje y la Resistencia

Laura Custódio¹

Edna Maria Severino Peters Kahhale²

Resumo: A proposta deste artigo é compreender o papel da linguagem tanto como possível reprodutora de preconceitos, quanto como ferramenta de ressignificação e resistência à opressão sistemática de indivíduos LGBTI+, analisando essa dinâmica a partir da Psicologia Sócio-Histórica. A pesquisa foi conduzida por meio de uma revisão teórica narrativa, que investigou produções acadêmicas sobre linguagem, resistência e LGBTfobia, com base na ótica da Psicologia Sócio-Histórica - dando enfoque especial nos estudos de Lev Vygotsky - e nas reflexões de Bader Sawaia sobre a categoria de sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética entre exclusão e inclusão e sobre a potência de ação. Além disso, foram incluídos trabalhos que abordam o pajubá - também conhecido como bajubá, refere-se à um dialeto de origem afrobrasileira, nascido a partir do contato de travestis e mulheres trans com o iorubá falado nos terreiros de candomblé - como uma expressão linguística de resistência cultural da população trans/travesti. Os resultados apontam que, na medida em que reflete os valores e vivências da cultura na qual foi desenvolvida, a linguagem, quando inserida em um contexto cisheteronormativo, serve como ferramenta de opressão na medida em que perpetua as ideologias hegemônicas de exclusão. Por outro lado, ao permitir a inscrição das vivências de grupos subalternizados em um sistema singular de signos e representações, estimula o cultivo de um sentimento coletivo de pertencimento e a reafirmação de identidades dissidentes, servindo, assim, como ferramenta de resistência. Nesse contexto, destaca-se o pajubá como exemplo de subversão da ordem normativa e opressora da linguagem, favorecendo o enfrentamento da exclusão e a criação de um espaço coletivo de pertencimento. Conclui-se que reconhecer essa ambivalência da linguagem é fundamental para pensar práticas clínicas, educativas e institucionais mais inclusivas, que considerem a historicidade das vivências LGBTI+ e suas formas de resistência.

Palavras-chave: violência de gênero; resistência; linguagem; *queer*

Abstract: The purpose of this article is to understand the role of language both as a potential reproducer of prejudice and as a tool for re-signification and resistance to the systematic oppression of LGBTI+ individuals, analyzing this dynamic through the lens of Socio-Historical Psychology. The research was conducted through a narrative theoretical review, which examined academic works on language,

¹Graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Pesquisadora vinculada ao Laboratório de Estudos em Saúde e Sexualidade (LESSEX) da PUC/SP. E-mail: laucamargocustodio@hotmail.com.

²Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), Mestre e Doutora em Psicologia Experimental pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP). Coordenadora do Laboratório de Estudos em Saúde e Sexualidade da PUC/SP, onde também é docente da graduação em psicologia e do Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica. <https://orcid.org/0000-0002-8711-2931>. E-mail: ednapeterskhhale@gmail.com.

resistance, and LGBTphobia, grounded in the perspective of Socio-Historical Psychology—with particular emphasis on Lev Vygotsky’s studies—and in Bader Sawaia’s reflections on the category of ethical-political suffering as an analytical tool for understanding the dialectic between exclusion and inclusion, as well as on the concept of potency of action. In addition, studies addressing pajubá—also known as bajubá, an Afro-Brazilian dialect that emerged from the interaction between travestis and trans women and the Yoruba language spoken in Candomblé religious contexts—were included as examples of linguistic and cultural resistance among trans and travesti communities. The results indicate that, as language reflects the values and experiences of the culture in which it develops, when situated within a cisheteronormative context, it operates as a mechanism of oppression by perpetuating hegemonic ideologies of exclusion. On the other hand, by enabling the inscription of subalternized groups’ experiences into a unique system of signs and representations, language fosters a collective sense of belonging and the reaffirmation of dissident identities, thus functioning as a tool of resistance. In this context, pajubá stands out as an example of subversion of the normative and oppressive order of language, promoting the confrontation of exclusion and the creation of a collective space of belonging. It is concluded that recognizing this ambivalence of language is essential for developing more inclusive clinical, educational, and institutional practices that take into account the historicity of LGBTI+ experiences and their forms of resistance.

Keywords: gender-based violence; resistance; language; queer **Resumen:** El propósito de este artículo es comprender el papel del lenguaje, tanto como posible reproductor de prejuicios, como también herramienta de resignificación y resistencia frente a la opresión sistemática de las personas LGBTI+, analizando esta dinámica desde la perspectiva de la Psicología Sociohistórica. La investigación se llevó a cabo mediante una revisión teórica narrativa, que examinó producciones académicas sobre lenguaje, resistencia y LGBTfobia, basándose en la óptica de la Psicología Sociohistórica —con especial énfasis en los estudios de Lev Vygotsky— y en las reflexiones de Bader Sawaia sobre la categoría de sufrimiento ético-político como herramienta de análisis de la dialéctica entre exclusión e inclusión, así como sobre el concepto de potencia de acción. Además, se incluyeron trabajos que abordan el pajubá —también conocido como bajubá, un dialecto de origen afrobrasileño surgido del contacto entre travestis y mujeres trans con el idioma yoruba hablado en los terreiros de candomblé— como una expresión lingüística de resistencia cultural de la población trans y travesti.

Los resultados indican que, en la medida en que el lenguaje refleja los valores y las experiencias de la cultura en la que se desarrolla, cuando está inserto en un contexto cisheteronormativo, actúa como un mecanismo de opresión, al perpetuar las ideologías hegemónicas de exclusión. Por otro lado, al permitir la inscripción de las vivencias de grupos subalternizados en un sistema singular de signos y representaciones, el lenguaje estimula el sentido colectivo de pertenencia y la reafirmación de identidades disidentes, funcionando así como herramienta de resistencia. En este contexto, el pajubá se destaca como un ejemplo de subversión del orden normativo y opresor del lenguaje, favoreciendo el enfrentamiento de la exclusión y la creación de un espacio colectivo de pertenencia. Se concluye que reconocer esta ambivalencia del lenguaje resulta fundamental para pensar en prácticas clínicas, educativas e institucionales más inclusivas, que consideren la historicidad de las experiencias LGBTI+ y sus formas de resistencia.

Palabras clave: violencia de género; resistencia; lenguaje; queer

Introdução

A população LGBTI+ enfrenta processos históricos de estigmatização, sendo marginalizada em diferentes âmbitos sociais, como: família, instituições educacionais, ambientes de trabalho e sistemas de saúde (Dandara DOMINGUES *et al.*, 2024). Atualmente, apesar do avanço nos esforços pela inclusão social de diferentes grupos tidos como minoritários e do progresso na elaboração de normas legais mais plurais - como a criminalização da LGBTfobia, em 2019 -, os dados apontam que o Brasil segue sendo um país extremamente violento para essa população. Segundo o relatório de mortes violentas de pessoas LGBTI+ no

Brasil de 2023, elaborado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil é o campeão mundial de homicídios e suicídios de indivíduos dessa comunidade, registrando 257 mortes violentas naquele ano (Luiz MOTT, Marcelo DOMINGOS, Toni REIS, 2023). Além disso, dados do relatório da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transsexuais) sobre assassinatos e violências contra a população trans/travesti em 2024 apontam que, embora tenha havido uma queda de 16% no número de assassinatos de pessoas trans em comparação com o ano anterior, a situação segue alarmante, em decorrência da falta políticas públicas eficazes para enfrentar essa violência. Tal realidade é evidenciada por dados recentes que apontam que, mesmo com a redução mencionada anteriormente, o Brasil permanece, pelo 16º ano consecutivo, como o país que mais mata pessoas trans no mundo (Bruna BENEVIDES, 2025).

Esse contexto cultural cisheteronormativo³ perpetua preconceitos e estigmas que moldam a forma como os indivíduos LGBTI+ se percebem e se relacionam com o mundo. Ao crescerem em uma sociedade que valoriza padrões heterossexuais e cisgêneros, essas pessoas acabam internalizando valores, crenças e costumes dominantes, muitas vezes assumindo-os como se fossem seus próprios. Judith Butler, em *Corpos que importam* (2019), analisa esse processo e o chama de “assunção do sexo”. Para a autora, “assumir um sexo” não é uma escolha individual, mas um resultado da repetição de normas sociais e simbólicas que moldam o corpo e o desejo, impondo proibições e limites que parecem naturais, mas são efeitos do poder e da linguagem. Uma categoria que ajuda a compreender esse mecanismo é a de “homofobia internalizada”, que se refere justamente ao processo de apropriação de ideais sociais da cultura cisheteronormativa pela pessoa LGBTI+, o que acarreta sofrimento psíquico intenso, na medida em que implica na rejeição da identidade pessoal e, conseqüentemente, na autopercepção negativa (Pedro ANTUNES, 2017).

Simultaneamente, ao longo de suas trajetórias, frequentemente marcadas por vivências de discriminação, os indivíduos LGBTI+ desenvolvem estratégias de enfrentamento que lhes permitem resistir e ressignificar essas experiências (James GREEN; Renan QUINALHA, 2023). A vivência da exclusão, analisada por Bader SAWAIA (1999) por meio da categoria de sofrimento ético-político — compreendida como “a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor” (Sawaia, 1999, p. 104) — revela não apenas a

³*Cisheteronormatividade refere-se ao conjunto de normas e valores culturais consolidados historicamente, que estabelecem a cisgeneridade (identidade de gênero conforme o sexo atribuído no nascimento) e a heterossexualidade como os únicos padrões legítimos e “naturais” de existência.*

dimensão afetiva e moral da desigualdade, mas também a possibilidade de movimentos de resistência e reconstrução do sentido de si e do coletivo. Esses movimentos emergem de uma dinâmica dialética em que o sofrimento, ao ser reconhecido e elaborado, pode converter-se em potência de ação, categoria que a autora, inspirada em Baruch ESPINOSA (2003), define como a capacidade ética, política e afetiva de agir, desejar e transformar as condições de existência.

Nesse sentido, compreender como esses processos de discriminação e resistência se articulam à produção de sentido e à constituição subjetiva exige um olhar atento às mediações sociais e simbólicas que os sustentam. É justamente nesse ponto que a Psicologia Sócio-Histórica oferece um ferramental teórico fundamental, ao permitir analisar de que modo a linguagem e as relações sociais contribuem para a constituição de identidades e sentidos de vida no contexto da vivência da discriminação e da resistência (Ana BOCK; Maria da Graça GONÇALVES; Odair FURTADO, 2007). Essa abordagem, que surge no Brasil na década de 70 com uma proposta crítica e contextualizada para a abordagem dos fenômenos psíquicos, se utiliza de categorias de análise valiosas para a presente pesquisa. A principal delas, a mediação, diz que o sujeito, ao se apropriar dos fenômenos concretos da realidade, não o faz diretamente, mas utiliza-se de mediadores, sendo a linguagem o mais relevante deles (Susana MOLON, 1995).

Para compreender a linguagem como mediadora da relação do sujeito com sua realidade e os discursos que a atravessam, Lev Vygotsky (2013) oferece um estudo bastante amplo da inter-relação entre o pensamento e a palavra. O autor argumenta que a compreensão da realidade e o pensamento individual de maneira geral são inevitavelmente moldados pelos significados inscritos na linguagem desenvolvida no contexto cultural em que o indivíduo está inserido. Pensamento e linguagem são duas categorias dialeticamente articuladas, não se reduzem uma à outra, mas existem numa unidade dinâmica, sendo a linguagem mediadora no processo de desenvolvimento do pensamento e da consciência de cada pessoa e da humanidade em geral.

Partindo da perspectiva da Psicologia Sócio-Histórica, dos estudos de Vygotsky (2013) sobre a linguagem, buscou-se investigar o papel da linguagem como mediadora das relações sociais. Além disso, a partir da categoria de sofrimento ético-político de Sawaia (1999) sobre o sofrimento ético-político e de sua perspectiva sobre a dialética inclusão/exclusão, juntamente à análise de textos de autores como Paul B. PRECIADO (2022) e Butler (2019), objetivou-se compreender as maneiras como a linguagem participa na manutenção dos sistemas de opressão e, simultaneamente, na subversão deles. Por fim, esta pesquisa também se apoiou em trabalhos

que analisam o pajubá⁴, a “linguagem gay, linguagem homossexual, linguagem própria, bixês ou apenas gíria” (Karylleila ANDRADE; Sheila GONÇALVES; Filipe PORTO; Luciana ANDRADE, 2018, p. 2), como um exemplo do uso da linguagem como ferramenta de resistência da população LGBTI+, mais especificamente, a população trans/travesti (Andrade; Gonçalves; Porto; Andrade, 2018; Dandara DOMINGUES; Edna KAHHALE, 2024; João Gomes JUNIOR, 2021; Paulo RODRIGUES; Karylleila ANDRADE, 2023; Vanessa NASCIMENTO; Nazarete MARIANO; Cosme SANTOS, 2021).

Dito isso, o objetivo deste artigo foi responder ao problema de pesquisa proposto, que pode ser resumido na seguinte pergunta: de que maneira a linguagem, enquanto mediadora, pode exercer uma dupla função - tanto como reprodutora de preconceitos quanto como instrumento de ressignificação e resistência frente à opressão sistemática aos indivíduos LGBTI+? Para tal, partindo da concepção de que a linguagem não é neutra, mas um instrumento atravessado por relações de poder, buscou-se analisar de que modo ela atua simultaneamente como mecanismo de reprodução de preconceitos - ao reforçar estigmas, normas cisheteronormativas e exclusões simbólicas - e como ferramenta de resistência e transformação social, ao possibilitar a construção de novos sentidos, identidades e formas de reconhecimento.

Método

A presente pesquisa adotou o método de revisão teórica narrativa para investigar as discussões existentes sobre o tema proposto, selecionando estudos e obras que abordam a linguagem, a resistência e a LGBTfobia a partir da ótica da Psicologia Sócio-Histórica (Bock; Gonçalves; Furtado, 2007) e de Vygotsky (2013). Para possibilitar uma discussão ampliada, a pesquisa incluiu artigos, livros e capítulos de livros publicados em bases de literatura acadêmica, como *Google Scholar*, Scielo e Pepsic até o ano de 2025, sem limitação geográfica e de período histórico. Por fim, as buscas bibliográficas foram norteadas pelas palavras-chave: violência de gênero, resistência, linguagem e *queer*.

Os resultados das buscas foram divididos em três seções, de maneira a responder aos objetivos da pesquisa. Na primeira seção são abordados os autores e obras clássicas da Psicologia Sócio-Histórica, com ênfase na obra de Lev Vygotsky (2013 [1934]) *Pensamento e Linguagem* e da chamada Escola de São Paulo (Bader SAWAYA; Gláucia PURIN, 2018); (Ana

⁴ Também conhecido como bajubá, refere-se à um dialeto de origem afrobrasileira, nascido a partir do contato de travestis e mulheres trans com o iorubá falado nos terreiros de candomblé (Gomes Junior, 2021).

BOCK; Elisa ROSA; Maria da Graça GONÇALVES; Wanda AGUIAR, 2022). Na segunda seção são apresentadas as maneiras como a linguagem pode servir ao discurso hegemônico, perpetuando preconceitos e estigmas. Por fim, na terceira seção, argumenta-se, a partir das reflexões de Bader Sawaia (1999) acerca da relação dialética existente entre a exclusão e resistência, a possibilidade de a linguagem ser apropriada como instrumento de enfrentamento, embasada pelas obras de Preciado (2022) e Butler (2019) e exemplificada pelo uso do pajubá pela população trans/travesti (Andrade, Gonçalves, Porto e Andrade, 2018; Domingues e Kahhale, 2024; Gomes Junior, 2021; Rodrigues e Andrade, 2023; Nascimento, Mariano e Santos, 2021).

A linguagem na perspectiva sócio-histórica: contribuições de Lev Vygotsky

A Psicologia Sócio-Histórica surge no Brasil, no final da década de 70, como uma alternativa crítica à abordagem dicotômica, que separa os aspectos naturais e sociais dos fenômenos para entender suas influências de forma isolada. Essa abordagem dicotômica sustentou o estudo da psicologia desde seu surgimento como área científica específica, em 1875, a partir das investigações experimentais de Wilhelm Wundt.

A psicologia das dicotomias baseia-se em uma lógica positivista e mecanicista, que pressupõe a existência de um funcionamento regular e universal da psique, acessível apenas a partir de experimentações e dados empíricos ou de processos simbólicos narrativos (às vezes dissociados da realidade material). A Psicologia Sócio-Histórica, por outro lado, fundamenta-se em uma visão dialética dos fenômenos psicológicos, tomando o marxismo como filosofia para compreendê-los em sua contraditoriedade e complexidade, sempre considerando que a humanidade é produto e produtora de seu contexto social, material e histórico (Bock; Gonçalves; Furtado, 2007).

Com o objetivo de abordar os fenômenos em sua totalidade, buscando compreendê-los em seu movimento de contradição e a partir das condições materiais e históricas em que se desenvolveram, a Psicologia Sócio-Histórica se apoia em categorias de análise, que “se apresentam, então como aspectos do fenômeno, constituídos a partir do estudo do processo, do movimento, da gênese deste último.” (Bock; Gonçalves; Furtado, 2007, p.95). Dito isso, uma das categorias de análise mais relevantes para a abordagem Sócio-Histórica na busca pela compreensão da dialética estabelecida entre a objetividade e a subjetividade é a de mediação, já que diz respeito às maneiras como o sujeito se apropria dos fenômenos concretos da realidade. Sobre essa categoria, Molon (1995) afirma:

Os fenômenos psicológicos são mediados e não imediatos, são constituídos nas e pelas relações sociais, porém não são simplesmente produtos destas. Nesta perspectiva, o

sujeito é “quase social”, ele não apenas expressa o social e nem o coloca dentro de si em situações artificiais, mas é na relação com os outros e por ela, é na linguagem e por ela que se constitui sujeito e é constituinte de outros sujeitos. (Molon, 1995, p. 163)

Nesse processo de apropriação subjetiva da realidade concreta, os signos participam como potentes mediadores, permitindo a atribuição de sentidos pessoais e singulares aos fenômenos concretos da experiência (Alexander LURIA, 2001). O signo é definido como “tudo aquilo que possui um significado e que remete a algo situado fora de si mesmo”, incluindo, mas não se limitando, à linguagem (Wanda AGUIAR, 2000, p. 130).

Um dos autores que se dedicou exaustivamente ao estudo do desenvolvimento das funções psíquicas superiores e do papel da linguagem nesse desenvolvimento foi Lev Vygotsky (2013), um dos proponentes da Psicologia Histórico-Cultural⁵, que inspirou o desenvolvimento da Psicologia Sócio-histórica. Em seu livro, *Pensamento e Linguagem*, publicado em 1934, Vygotsky se aprofundou na compreensão da inter-relação entre o pensamento e a palavra, concluindo que a linguagem exerce um papel central na construção do pensamento, já que é uma ferramenta crucial para o processo de significação e organização da realidade concreta. Os signos substituem a realidade concreta, os objetos e relações que a compõem. Os signos e todo processo de linguagem permitem aos homens referirem-se a objetos e situações na ausência deles. Além disso, o autor argumenta que, uma vez que os signos são socialmente construídos e passados de geração em geração, compondo e sendo compostos pela cultura dos grupos humanos, a compreensão da realidade e o pensamento individual de maneira geral são inevitavelmente moldados pelos significados do contexto cultural em que o indivíduo está inserido. Segundo o autor:

A relação entre o pensamento e a palavra é um processo vivo; o pensamento nasce através das palavras. Uma palavra vazia de pensamento é uma coisa morta, e um pensamento despido de palavras permanece uma sombra. A conexão entre ambos não é, no entanto, algo de constante e já formado: emerge no decurso do desenvolvimento e modifica-se também ela própria. As palavras têm por característica fundamental serem um reflexo generalizado do mundo. Este aspecto da palavra conduz-nos ao limiar de um tema muito mais profundo e mais vasto — o problema geral da consciência. As palavras desempenham um papel fundamental, não só no desenvolvimento do pensamento, mas também no desenvolvimento histórico da consciência como um todo. Cada palavra é um microcosmos da consciência humana. (Vygotsky, 2013, p.223.)

⁵ Juntamente com Alexander Romanovich Luria e Alexei Nikolaivich Leontiev construíram as bases teóricas e empíricas, a partir do materialismo histórico e dialético, da Psicologia Histórico Cultural.

É importante frisar que o sentido de uma palavra é diferente de seu significado. Para Vygotsky (2013), o significado é o elemento mais estável da palavra, é utilizada nos dicionários para defini-las e permite a comunicação entre os humanos. O sentido, por outro lado, é mutável, adquirindo forma a depender do contexto no qual surge. Segundo Wanda Aguiar e Sergio Ozella (2013, p. 304): “A categoria sentido destaca a singularidade historicamente construída”, e é próprio de cada sujeito e, por vezes, de um pequeno grupo que partilha relações sociais próximas e comuns.

Dessa forma, entende-se que a linguagem, enquanto mediadora - isto é, como ferramenta de apropriação subjetiva da realidade concreta – traduz os significados próprios de uma cultura em símbolos. Portanto, existe em uma relação dialética com os aspectos dessa cultura e seus indivíduos, funcionando tanto como um reflexo quanto uma influência sobre o pensamento, costumes e ideologias do grupo (Vygotsky, 2013).

A linguagem como produtora de preconceitos

Considerando que a linguagem reflete a cultura da sociedade na qual foi desenvolvida em termos simbólicos, influenciando e sendo influenciada pelo pensamento do grupo, pode-se concluir, que, quando inserida em um contexto cultural cisheteronormativo, a linguagem pode reproduzir uma lógica de exclusão, construída a partir de sentidos opressores e traduzida por meio de signos estigmatizantes. No caso da LGBTfobia, ao se referir a pessoas dissidentes de gênero frente ao modelo cisheteronormativo, pode-se mencionar diversos termos pejorativos que carregam preconceitos, e perpetuam a violência, como: “sapatão”, “viado”, “traveco”, “baitola”, “biba”, entre outros (Vinícius SANTOS; Felipe HENRIQUES; Gustavo GUEDES, 2022).

Guacira Lopes Louro (1997) discute sobre a construção das relações de gênero, afirmando que esse processo acontece mediante influências de instituições como a escola e a família, que servem como dispositivos de imposição de significados e sentidos e de regulação dos corpos e das práticas sexuais. Em seu texto, a autora enfatiza sistematicamente o papel da linguagem na construção de sentidos sociais, começando o artigo a partir da seguinte frase: Quem confia nos dicionários (e desconfia do que ali não está) talvez tenha resistências em iniciar este diálogo. (...) as palavras podem significar muitas coisas. Na verdade, elas são fugidias, instáveis, têm múltiplos apelos... (Louro, 1997, p. 2)

Dessa forma, considerando que a linguagem reflete, por meio de um processo simbólico, os significados da cultura na qual ela foi desenvolvida, e que, como mediadora do processo de apreensão subjetiva da realidade, acaba por moldar o pensamento individual a partir desses

sentidos, pode-se concluir que a sua função de reprodutora de preconceitos atende a interesses específicos (Vygotsky, 2013; Paulo FREIRE, 1984). Freire (1984), em sua obra *Pedagogia do Oprimido* argumenta que é benéfico aos opressores perpetuar a exclusão e o apassivamento dos oprimidos, já que, dessa maneira, o sistema hegemônico que os beneficia se mantém. Nesta obra, o autor dedica-se à análise da modalidade hegemônica de educação, a qual ele nomeia de “bancária” (Freire, 1984, p.33), apresentando-a como um dispositivo de opressão.

Freire (1984) afirma que a educação tradicional se pauta em um processo de assujeitamento do educando, que passa a ser visto pelo educador como um mero recipiente no qual ele deposita seus conhecimentos – por isso, se fala em uma educação “bancária”, na medida em que o processo se baseia em “transações” de conhecimentos. Por meio desse modelo de ensino, é garantida a subordinação dos educandos, já que, na medida em que “aprendem” os conteúdos de maneira vertical, sem possibilidade de questioná-los, o pensamento crítico torna-se inviável, o que limita o potencial de reflexão e de transformação da realidade excludente à qual são submetidos sistematicamente.

Nesse contexto, entende-se que os processos pedagógicos acerca das relações de gênero e sexualidade que se desenvolvem no ambiente escolar também estão submetidos à mesma lógica disciplinar. Reitera-se, assim, o argumento de Louro (1997), de que instituições como a família e a escola servem como dispositivos de imposição de significados e sentidos e de regulação dos corpos e das práticas sexuais.

É, portanto, nesse contexto que a linguagem funciona como sistema de reprodução de preconceitos, dominada pelo discurso hegemônico e reproduzida a partir de seus interesses, é instrumentalizada com o objetivo de perpetuar uma lógica desigual e alienante. Para além de sustentar esse sistema, à linguagem também é prescrita a função punitiva, sendo empregada para disciplinar aqueles que desviam das normas da cultura dominante, como é o caso da população LGBTI+. Essa punição é operacionalizada a partir de termos pejorativos, como aqueles mencionados anteriormente e discursos que carregam estigmas de maneira explícita ou implícita.

A linguagem como meio de resistência: Paul b. Preciado, Judith Butler e a subversão do discurso

Historicamente, observa-se que, mesmo em contextos marcados pela opressão, emergem movimentos de resistência que nascem da dinâmica dialética entre forças contraditórias, expressando a tensão permanente entre dominação e emancipação (Bock; Gonçalves; Furtado, 2007). Nessa perspectiva, o conceito de sofrimento ético-político,

formulado por Sawaia (1999), permite compreender de maneira mais profunda os processos subjetivos e afetivos que sustentam essa dialética. A autora argumenta que exclusão e inclusão não são polos opostos, mas momentos de um mesmo processo histórico, em que a sociedade “inclui excluindo”, legitimando a desigualdade sob novas formas de participação precária e subalterna. O sofrimento ético-político, definido como “a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor” (Sawaia, 1999, p. 104), descreve o afeto que traduz, no corpo e na consciência, a violência simbólica e material da exclusão.

Apesar disso, Sawaia (1999) enfatiza que esse sofrimento não se reduz à passividade, podendo se transformar em força de resistência. Inspirada em Espinosa (2003), a autora propõe a categoria de potência de ação para designar a capacidade humana de existir, agir e transformar a realidade por meio de uma articulação entre razão, emoção e ética. Assim, a partir do reconhecimento do sofrimento e da indignação frente à injustiça, o sujeito pode ampliar sua potência de agir, convertendo a dor social em movimento de transformação e reconstrução coletiva do sentido de si e do mundo.

Nesse sentido, considerando que, em um contexto social excludente, a linguagem é empregada de maneira a sustentar uma lógica opressiva que favorece o grupo hegemônico por meio da manutenção de um discurso estigmatizante, é possível investigar de que formas os grupos marginalizados mobilizam estratégias de enfrentamento para resistir à exclusão. Ao ressignificar termos e criar sentidos e significados, esses grupos subvertem o papel da linguagem, transformando-a de instrumento reprodutor de preconceitos em um meio de enfrentamento e afirmação de suas identidades (Andrade; Gonçalves; Porto; Andrade, 2018). Como apontado por Elisabete Santos, Maria Fernanda Diogo e Lia Schucman (2014, p.28):

No processo de resistir, o primeiro movimento parece ser o rompimento com o não lugar forjado por outrem. A partir disso é possível reconstruir a própria história a partir dos recursos do passado, com as ferramentas de que se dispõe (Santos; Diogo e Schucman, 2014, p.28).

A subversão da linguagem hegemônica como meio de resistência social na comunidade LGBTI+ foi amplamente explorada por diversos autores, entre eles Paul B. Preciado (2022). Em seu texto *Eu sou o monstro que vos fala* (2022), o filósofo relata sobre uma experiência na qual foi convidado para falar com uma plateia de 3500 psicanalistas, em Paris. Logo no início do seu discurso, Preciado diz ao público:

Eu, um corpo trans, um corpo não binário, a quem nem a medicina, nem o direito, nem a psicanálise, nem a psiquiatria reconhecem o direito de falar sobre minha própria condição na qualidade de especialista, ou de produzir um discurso ou uma forma de conhecimento sobre mim mesmo, aprendi, como Pedro Vermelho, a língua de Freud e de Lacan, do patriarcado colonial, a língua de todos os que estão presentes nesta sala, e a quem agora me dirijo (Preciado, 2022, p. 14).

Nessa fala, o filósofo denuncia a maneira como o discurso médico e psicanalítico operam a exclusão das identidades LGBTI+ a partir do estabelecimento de critérios que definem quem pode falar, o que pode ser dito e que corpos são reconhecidos como humanos. Ao mesmo tempo, transforma o próprio ato de enunciação em gesto político, apropriando-se da linguagem que o patologizou. Ao falar desde o lugar do “monstro” - figura construída pelo próprio discurso hegemônico, como indica o título de seu texto -, Preciado subverte o regime discursivo de poder, uma vez que reverte o estigma em ferramenta de autodefinição e resistência. Em suas próprias palavras: “Eu sou o monstro que se levanta do divã e toma a palavra, não tanto como paciente, mas como cidadão, como um igual monstruoso.” (Preciado, 2022, p.14).

Judith Butler (2019) também aborda o tema da linguagem como ferramenta de exclusão e de resistência em sua obra *Corpos que Importam*, no qual ela desenvolve a sua teoria de performatividade de gênero, apresentada em *Problemas de Gênero* (2003), afirmando que a linguagem não apenas descreve, mas produz os corpos e suas identidades. Assim, o discurso, ao descrever e nomear, materializa as normas regulatórias de gênero e sexualidade de maneira a categorizar esses corpos como adequados ou abjetos.

A partir da análise do documentário *Paris is Burning* (1990), que retrata o universo das batalhas de performances da comunidade trans/travesti negra e latina em Nova Iorque nos anos 1980, Butler (2019) reitera o caráter performático do gênero, evidenciado pelas encenações de papéis de gênero tradicionais que ocorriam nessas competições. As participantes assumiam papéis como o de um executivo bem-sucedido, de uma mulher rica e outros que representavam posições que, muitas vezes, lhes eram negadas no cotidiano, por constituírem o modo de viver da cultura dominante da qual a população trans/travesti é reiteradamente excluída. Butler considera que tais performances configuram uma paródia das normas de gênero e do poder, reconhecendo nelas um potencial subversivo importante, na medida em que permitem a desestabilização da cultura hegemônica por meio da imitação deslocada de seus signos, de maneira a evidenciar a sua artificialidade (Butler, 2019).

O Pajubá como exemplo do uso da linguagem como ferramenta linguística de resistência

Foi de interesse desta pesquisa compreender o processo de resistência por meio da resignificação das formas de opressão, com foco particular na linguagem, da comunidade LGBTI+ em específico. Nesse contexto, destaca-se o pajubá como um símbolo de luta e sobrevivência da comunidade trans/travesti. Esse dialeto nasce nas décadas de 1960 e 1970 e

é resultado do contato das travestis com idiomas de raízes africanas, como o iorubá e o nagô, falados nos terreiros de candomblé que frequentavam (Gomes Junior, 2021).

Entende-se, portanto, que o pajubá nasce na dinâmica do movimento dialético entre dominação e emancipação, como uma maneira de enfrentamento da violência a qual a população trans/travesti é sistematicamente submetida.

Com base no Pequeno Vocabulo Pajubá Palmense (Rodrigues e Andrade, 2023), é possível destacar alguns termos desse dialeto que exemplificam sua utilização no enfrentamento da violência contra a comunidade LGBTQIA⁺, especialmente no contexto de histórico da sua criação, - o período da ditadura militar no Brasil - marcado por intensa repressão e vigilância sobre corpos dissidentes (Gomes Junior, 2021):

- Alibã - S. 1. Policial. “Cuidado que os alibãs estão nas proximidades” (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 14);
- Joanhina – S. 1. Viatura policial. “Depois da confusão chamaram a joanhina para resolver o problema” (Rodrigues, Andrade, 2023, p.22).
- Jorge – S. 1. Maconha. “Estão usando jorge no tratamento de algumas doenças” (Rodrigues, Andrade, 2023, p.22).
- Padê – S. 1. Drogas. 2. Cocaína. 3. Pó. “Bi, o que mais tinha na festa ontem era padê” (Rodrigues, Andrade, 2023, p.25).
- Talibã – S. 1. Policial. “Durante a festa foi preciso chamar o talibã devido uma briga” (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 28);
- Tia Cleide - Expr. 1. Camburão. “Ela se transformou na tia Cleide” (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 28).

O uso destes termos aponta para o emprego do pajubá como um “código de segurança” (Domingues; Kahhale, 2024, p.76) no contexto da violência policial, muito presente nas vivências da população trans/travesti, especialmente no momento histórico mencionado. Nesse sentido, na medida em que é incompreensível para indivíduos não pertencentes a essa população, o pajubá assume uma função estratégica de proteção, permitindo a comunicação sigilosa entre membros da comunidade e contribuindo para a sua sobrevivência em ambientes marcados pela hostilidade e repressão, configurando-se, portanto, como uma ferramenta de resistência (Rodrigues; Andrade, 2023).

Para além do enfrentamento da violência física, historicamente presente nas vivências da população trans/travesti em um contexto conservador e cisheteronormativo como o do Brasil - o país que mais mata pessoas trans e travestis no mundo - o pajubá também desempenha um papel crucial na resistência à violência simbólica enfrentada por essa comunidade. Na medida

em que suas identidades desafiam as expectativas de uma sociedade cisheteronormativa e patriarcal, os indivíduos trans/travesti são submetidos a um processo de invisibilização e exclusão que tem como finalidade a manutenção da ordem hegemônica. Suas existências, seja no plano físico ou no social, estão sob constante ameaça de aniquilação (Gomes Junior, 2021).

Assim, é nesse contexto que o pajubá se apresenta como tecnologia de resistência e de pertencimento contra a violência simbólica, na medida em que permite a afirmação dessas identidades dissidentes que são sistematicamente invisibilizadas pelo discurso normatizante de uma cultura majoritariamente cisgênera e heterossexual. Como argumenta Fabiana Almeida (2008, p.18),

É por meio da língua que o homem representa seu universo, seus pensamentos, seus desejos e seus ideais; é por seu intermédio que a cultura de um povo se manifesta. [...] Língua e cultura estão de tal forma entrelaçadas que não é possível estudá-las isoladamente. Logo, para captar a cultura de um povo, é fundamental que se conheça bem a sua língua.

É, portanto, no compartilhamento de um dialeto próprio que essa comunidade cultiva um sentimento coletivo de pertencimento, reafirmando suas identidades ao inscrever suas vivências - frequentemente excluídas do discurso hegemônico - em um sistema singular de signos e representações (Gomes Junior, 2021).

Retomando a categoria de mediação, utilizada pela psicologia sócio-histórica para compreender a apreensão subjetiva da realidade concreta, e relacionando-a com os estudos de Vygotsky (2013) a respeito da maneira como o pensamento individual é inevitavelmente moldado pelos significados inscritos na linguagem do contexto cultural em que o indivíduo está inserido, torna-se evidente a importância de construir de um sistema linguístico que reflita a pluralidade de realidades existentes (Nascimento; Mariano; Santos, 2021).

É nesse contexto que a linguagem se configura como uma forma de resistência, na medida em que possibilita a reafirmação e o reconhecimento das identidades dissidentes por meio da inscrição de suas vivências e realidades em um sistema de signos que reflete e sustenta, portanto, características singulares da comunidade na qual se desenvolveu (Nascimento; Mariano; Santos, 2021). Como apontado por Valdemir Miotello (2008, p.172), “as palavras, nesse sentido, funcionam como agente e memória social, pois uma mesma palavra figura em contextos diversamente orientados”. Assim, a resistência por meio da linguagem implica no resgate da cultura subalternizada e na inscrição de seus elementos em um esquema de sentidos únicos, de maneira a garantir a memória social e a sobrevivência dessa cultura.

Considerações finais

Este artigo dedicou-se à realização de uma síntese e análise de matérias pertinentes para responder à pergunta norteadora da pesquisa, relacionada à investigação da dupla função da linguagem enquanto ferramenta de opressão e de resistência. A abordagem do problema partiu de uma retomada da abordagem Sócio-Histórica, apoiada nos estudos de Vygotsky (2013) sobre a relação entre pensamento e linguagem. Com base nesses materiais, foi possível explorar as categorias de análise dessa abordagem, destacando-se a mediação e, a partir dela, a linguagem como principal ferramenta de apropriação subjetiva da realidade concreta.

Em seguida, admitindo a relação de determinação mútua entre pensamento e linguagem, a partir dos estudos previamente mencionados, a pesquisa apontou para as maneiras como, quando inserida em um contexto cultural cisheteronormativo, a linguagem pode reproduzir uma lógica de exclusão, construída a partir de sentidos opressores e traduzida por meio de signos estigmatizantes. Como contraponto, porém, argumentou que, na medida em que permite a afirmação das identidades LGBTI+ - que são sistematicamente invisibilizadas pelo discurso normativo de uma cultura majoritariamente cisgênera e heterossexual - a partir da inscrição de suas vivências em um sistema de signos que reflete e sustenta características singulares da comunidade na qual se desenvolveu, a linguagem também pode ser uma ferramenta de resistência. Para aprofundar o debate, pesquisa abordou as considerações de Paul B. Preciado (2022) e de Judith Butler (2019) acerca da subversão da linguagem da cultura hegemônica e seu emprego na luta pela inclusão social. Por fim, para exemplificar esse processo, destacou-se o pajubá como tecnologia de resistência e de pertencimento contra a violência simbólica.

Assim, pode-se afirmar que a presente pesquisa respondeu ao problema que se propôs a investigar, oferecendo uma análise teórica aprofundada sobre o papel da linguagem na reprodução e subversão de sistemas opressivos por meio da realização de uma revisão narrativa da literatura. Apesar disso, admite-se que a pesquisa é limitada na compreensão dos usos concretos da linguagem no cotidiano, na medida em que não foram conduzidas entrevistas, observações empíricas ou análises de campo. Nesse sentido, recomenda-se que futuras pesquisas sobre o tema realizem e ou analisem estudos empíricos com a comunidade LGBTI+, considerando a centralidade da interseccionalidade na análise. Questões como raça, classe, território e religiosidade devem ser incorporadas de forma articulada, de modo a produzir um entendimento mais amplo, sensível e situado das formas de resistência e expressão linguística dessa população.

Por fim, reitera-se a relevância desta pesquisa, que não apenas revisita, mas também coloca em evidência as múltiplas formas de opressão às quais a comunidade LGBTI+ tem sido historicamente submetida — desde as práticas de marginalização social e institucional até as violências simbólicas e físicas que atravessam seus corpos e existências. Ao mesmo tempo, o estudo valoriza as estratégias de resistência e reinvenção construídas por essa população ao longo do tempo, destacando como a luta por reconhecimento, dignidade e cidadania se manifesta nas esferas política, cultural, linguística e subjetiva. Dessa forma, a pesquisa contribui para ampliar a reflexão crítica sobre os mecanismos de exclusão e para compreender as formas de enfrentamento e afirmação identitária que emergem dessas experiências, oferecendo subsídios importantes para o campo acadêmico.

Referências bibliográficas

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria “consciência”. *Cadernos de Pesquisa*, n.110, julho/2000. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/QHT4tkkNMMhD7dDnfwKpfff/>. Acesso em 18 mar 2025.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, 94(236), 2013, p. 299-322. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Y7jvCHjksZMXBrNjkq4zjP#>. Acesso em 29 mar 2025.

ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (Micro AFERJ): uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses. Tese (Doutorado em linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. 2v. Volume I – 163 fls. Volume II - 6 cartas introdutórias e 306 cartas fonéticas.

ANDRADE, Karylleila dos Santos; GONÇALVES, Sheila de Carvalho Pereira.; PORTO, Filipe; ANDRADE, Luciana da Costa e Silva. Bajubá: linguagem de grupo LGBTT como representação sócio-histórica e cultural. *Revista Desafios* – v. 5, n. 4, 2018. p. 37-46.

ANTUNES, Pedro Sammarco. Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo. In: *13 Congresso Mundo de Mulheres & Fazendo Gênero 11*, 2017, Florianópolis Santa Catarina. Disponível em https://wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496012012_ARQUIVO_fazendogenerosumo.pdf. Acesso em 18 mar 2025.

BENEVIDES, Bruna. Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>. Acesso em 08 out 2025.

BOCK, Ana Mercês Maria.; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. *Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo, 2019.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2003.

DOMINGOS Marcelo, MOTT Luiz, REIS Reis. *Observatório 2023 de mortes violentas de LGBT+ no Brasil, Grupo Gay da Bahia*. Salvador: Grupo Gay da Bahia – GGB, 2023. Disponível em <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf> . Acesso em 14 mar 2025.

DOMINGUES, Dandara Camélia; LONGO, Priscila Larcher.; SALLES, Rodrigo Jorge. Os meandros da Teoria Queer e a urgência de um campo escolar hospitaleiro às precisões trans: revisão narrativa do estado da arte. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, Cuiabá, vol.7, 2024. Disponível em <http://dx.doi.org/10.29327/2410051.7.22-101> . Acesso em 18 mar 2025.

DOMINGUES, Dandara Camélia; KAHHALE, Edna Maria. Perspectivas sujas para repensar a universalidade do saber: gerontologia em pajubá e outros recursos para ler o mundo. In: BIANCHESSI, Cleber. *Gênero e diversidade em foco: diálogos e reflexões necessárias*. Curitiba: Bagai, 2024. p.67-80.

ESPINOSA, Baruch. *Tratado teológico e político*. Martins Fontes, 2003.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

GREEN, James Naylor.; QUINALHA, Renan. *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2023.

JOENK, Inhelora Kretzschmar. Uma introdução ao pensamento de Vygotsky. *Linhas - Revista do Programa de Mestrado em Educação e Cultura*, Florianópolis, v.3, n.1, 2007. Disponível em <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1276/1087> . Acesso em 18 mar 2025.

GOMES JUNIOR, João. O pajubá como tecnologia linguística na constituição de identidades e resistências de travestis. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v.14, n.43, p. 300-314, jan/jun 2021. Disponível em <https://revistas.utfpr.edu.br/cgt/article/view/12174/7995#> . Acesso em 06 abr 2025.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, *Vozes*, 1997, p.14. Disponível em https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/guacira_lopes_genero_26_ago_15.pdf . Acesso em 29 mar 2025.

LURIA, Alexander Romanovich. *Pensamento e Linguagem: as últimas conferências de Luria*. Porto Alegre, Artmed, 2001.

MOLON, Susana Inês. *A questão da subjetividade e da constituição do sujeito nas reflexões de Vygotsky*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1995.

MONTEIRO, Marcelo Roberto; SOARES, Daniele Ferreira. Cisheteronormatividade como fato social: origem e sustentáculo da LGBTfobia. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 36, e1234, p. 1–10, 2025.

NASCIMENTO, Vanessa Mirelle dos Santos; MARIANO, Nazarete Andrade; SANTOS, Cosme Batista dos. Dialeto pajubá: marca identitária da comunidade LGBTQIA+. *Grau Zero - Revista de Crítica Cultural*, v.9, n. 2, 2021, p. 67-95. Disponível em <https://doi.org/10.30620/gz.v9n2.p67> . Acesso em 06 abr 2025.

PARIS IS BURNING. Direção: Jennie Livingston. Produção: Off White Productions. Estados Unidos: Miramax Films, 1990. Filme (71 min).

PRECIADO, Paul B. *Eu sou o monstro que vos fala: Relatório para uma academia de psicanalistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022

RODRIGUES, Patrícia. Homofobia internalizada e suicidalidade em jovens LGB e não LGB. *LES Online*, v. 2, n. 2, 2010. Disponível em <https://lesonlinesite.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/03/homofobia-internalizada.pdf>. Acesso em 27 mar. 2025.

RODRIGUES, Paulo Ricardo Aires; ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Pequeno Vocabulário Pajubá Palmense*. São Carlos: Editora Scienza, 2023.

SANTOS, Isabete Figueroa dos; DIOGO, Maria Fernanda; SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o não lugar e o protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 17–32, 2014. Disponível em <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17i1p17-32>. Acesso em 5 abr. 2025.

SANTOS, Vinícius Santos dos; HENRIQUES, Felipe da Rocha; GUEDES, Gustavo Paiva. O Discurso de Ódio Homofóbico no Twitter a partir da Análise de Dados. *In: Brazilian Workshop on Social Network Analysis and Mining (BRASNAM)*, 11, 2022, Niterói. Porto Alegre: *Sociedade Brasileira de Computação*, 2022, p. 109-120. Disponível em <https://doi.org/10.5753/brasnam.2022.222916>. Acesso em 07 abr 2025.

SAWAIA, Bader. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Editora Vozes, 1999.

SAWAIA, Bader e PURIN, Glaucia Tais. *Silvia Lane: uma obra em movimento*. São Paulo: EDUC; PIPEq, 2018.

VYGOTSKY, Lev Semiovitch. *Pensamento e Linguagem*. Ridendo Castigat Mores, 2013 (original de 1923). *E-book* (233 p.) Disponível em https://estudosdotrabalho.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/03/vygotsky_pensamento-e-linguagem.pdf. Acesso em 18 mar 2025.

Submetido em: 09/04/2025

Aceito em 04/11/2025